

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Sistema Constitucional de Persecução Penal (SCPP)

Professor: Nestor Eduardo Araruna Santiago

Créditos: 3 (três)

Carga Horária: 45 h/a

E-mail: nestorsantiago@unifor.br / nestoreasantiago@gmail.com

2. RESUMO DO CURRÍCULO LATTES

Advogado criminalista. Bacharel em Direito (1995), Especialista (2000), Mestre (2000) e Doutor em Direito Tributário (2005) pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio Pós-Doutoral em Direito pela Universidade do Minho, Portugal (2016). Professor Titular da Universidade de Fortaleza (UNIFOR - Doutorado, Mestrado, Especializações e Graduação em Direito), onde ministra as disciplinas “Processo, Garantismo e Estado Democrático de Direito” e “Sistema Constitucional de Persecução Penal” (no PPGD) e Direito Processual I, II e III (na Graduação). Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Pesquisas Empíricas em Ciências Criminais, Garantismo, Estudos sócio-legais e Direito Lusófono” (LACRIM - Unifor), realizando pesquisas empíricas que envolvem o Direito Penal, o Processo Penal e as relações entre políticas públicas e processo. Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde ministra as disciplinas Direito Processual Penal I, II e III (na Graduação em Direito).

ORCID ID: 0000-0002-2479-7937

LINK ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2479-7937>

Research Gate: https://www.researchgate.net/profile/Nestor_Eduardo_Santiago

Google Scholar: <https://scholar.google.com.br/citations?user=Pf81BAkAAAAJ&hl=pt-BR>

3. OBJETIVO DA DISCIPLINA

Estabelecer uma visão sobre: i) o sistema integral de direito penal; ii) as discussões sobre as categorizações processuais penais acusatório-inquisitivo; iii) o processo penal contencioso e o processo penal consensual; iv) a persecução penal e as novas tecnologias.

4. EMENTA DA DISCIPLINA

O sistema integral de direito penal e suas abordagens relativas ao Direito Penal e ao Processo Penal. Análise crítica das categorizações processuais penais: sistema acusatório, sistema inquisitivo e a solução do ordenamento jurídico brasileiro. O papel constitucional e a delimitação das funções dos sujeitos processuais: Poder Judiciário, Ministério Público e Defesa. A persecução penal contemporânea entre os princípios da obrigatoriedade e da consensualidade, com ênfase nos acordos processuais. A teoria do garantismo e suas interfaces com a persecução penal. Os impactos e desafios das novas tecnologias na persecução penal e na preservação das garantias fundamentais.

5. CONTEÚDO DAS AULAS

AULA	CONTEÚDO	DATA
1	Informes gerais sobre o professor, a disciplina e a metodologia de aula e de avaliação. Divisão dos textos.	
2	O sistema integral de direito penal: a abordagem relativa ao Direito Penal	
3	O sistema integral de direito penal: a abordagem relativa ao Processo penal	
4	Sistema acusatório e sistema inquisitivo: o Poder Judiciário	
5	Sistema acusatório e sistema inquisitivo: o Ministério Público	
6	Sistema acusatório e sistema inquisitivo: a Defesa	
7	Sistema acusatório e sistema inquisitivo: a solução brasileira	
8	A persecução penal entre a obrigatoriedade e a consensualidade: acordos processuais (1a. parte)	
9	A persecução penal entre a obrigatoriedade e a consensualidade: acordos processuais (2a. parte)	
10	Garantismo e persecução penal	
12	A persecução penal frente às novas tecnologias	

13	Apresentações dos projetos de artigo	
14	Apresentações dos projetos de artigo	
15	Apresentação final	

6. METODOLOGIA

- Aulas expositivas com participação ativa dos alunos por meio de seminários, baseadas nos textos disponibilizados no link abaixo:
- https://drive.google.com/drive/folders/12fdK9_-e9wO1vEj5fyFngB-QPpK9JMpZ?usp=sharing
- No primeiro encontro, serão dadas instruções gerais sobre a disciplina, com divisão dos textos pelos alunos matriculados.
- A partir do segundo encontro, iniciar-se-ão as apresentações dos textos pelos alunos, preferencialmente com o uso de slides. A leitura integral dos textos é compulsória, não só para cursar esta disciplina, mas para qualquer outra. Aliás, é altamente indicado que o aluno procure fazer relações dos textos lidos nesta disciplina com outros textos abordados por outros professores, de modo a aprimorar a leitura crítica.
- Os **slides** deverão conter: i) identificação dos objetivos, metodologia, problematização e hipótese(s); ii) resumo do(s) artigo(s), **com observações críticas** sobre os textos lidos, desenvolvidas a partir dos objetivos e hipóteses dos artigos, procurando fazer a devida relação entre os demais textos da disciplina e os de outras disciplinas.
- Em datas pré-determinadas, os alunos deverão apresentar em aula **plano de elaboração do trabalho da disciplina**, contendo, **obrigatoriamente**: a) sumário provisório; b) resumo, com até 6 palavras-chave; c) introdução com justificativa, objetivos geral e específicos, problematização, hipótese, metodologia, plano de desenvolvimento do artigo; d) referências (entre 15 e 20).
- O artigo versará, **obrigatoriamente**, sobre os temas e textos abordados nas aulas, que deverão ser citados. O tema central da disciplina é **garantismo**, e o **processo, com indicação de casos já julgados pelos Tribunais Superiores, deve servir como pano de fundo. Ativismo judicial** também será tema tratado durante o semestre. Daí a importância de uma adequada apresentação do projeto do artigo da disciplina na(s) data(s) designada(s).
- O artigo referente à disciplina deverá ser entregue no último dia de aula.
- Os alunos deverão se preparar para efetuar intervenções na apresentação do colega, seja provocando o debate, seja complementando a apresentação.

7. AVALIAÇÃO

O ARTIGO (8 pontos)

- Redação de texto inédito, no formato ABNT (ou das regras do periódico para o qual pretende fazer a submissão após o término da disciplina), entre 15 a 20 páginas.
- 15 a 20 referências doutrinárias, evitando material incompatível com o nível de pós-graduação stricto sensu (fontes não científicas, como cursos e manuais, blogs, etc.)
- Envio (ao final da disciplina) para o email nestorsantiago@unifor.br, com cópia para ppgd@unifor.br
- Prazo de entrega impreterível, conforme calendário a ser estipulado no início da disciplina;
- Será descontado 1 (um) ponto por dia de atraso na entrega.
- Deve ter relação direta com as temáticas apresentadas no decorrer da disciplina
- A nota de apresentação do projeto do artigo nas datas estipuladas, bem como a presença de todos os alunos, também está incluída neste item

A PARTICIPAÇÃO NOS SEMINÁRIOS DE APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS (2 pontos)

- Conforme discriminado na metodologia (vide item 6, acima), os alunos deverão apresentar textos selecionados pelo professor;
- Esta apresentação deve ser feita com o apoio de slides ou de notas de aula, à escolha do discente;
- A apresentação deve ter entre 50 e 60 minutos;
- É altamente recomendável que os discentes que não estejam apresentando o texto formulem perguntas durante a apresentação;
- Cada discente poderá ter até 3 (três) faltas na disciplina, abonáveis somente com a apresentação de justificativa plausível (viagens e atividades profissionais nos dias e horários das aulas não serão consideradas para abono)

8. BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA

BELTRÁN, Jordi Ferrer. Uma concepção minimalista e garantista da presunção de inocência. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 4, n. 1, p. 149-182, jan.-abr. 2018.

BUSATO, Paulo César. De magistrados, inquisidores, promotores de justiça e samambaias: um estudo sobre os sujeitos no processo em um sistema acusatório. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 133—161, 2010.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema acusatório: cada parte no lugar constitucionalmente demarcado. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 46, n. 183, jul.-set. 2009, p. 103-115.

FENOLL, Jordi Nieva. La decadencia del sistema penal acusatório. **Revista Vasca de Derecho Procesal y Arbitraje**, v. 33, n. 4, 2021.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FERRAJOLI, Luigi. Constitucionalismo principialista e constitucionalismo garantista. Trad. André Karam Trindade. In: FERRAJOLI, Luigi; STRECK, Lênio Luis; KARAN, André Trindade (Org.). **Garantismo, hermenêutica e (neo)constitucionalismo: um debate com Luigi Ferrajoli**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

FERRAJOLI, Luigi; STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karan (Orgs.). **Garantismo, hermenêutica e (neo)constitucionalismo: um debate com Luigi Ferrajoli**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.

GIACOMOLLI, Nereu José. Algumas marcas inquisitoriais do Código de Processo Penal brasileiro e a resistência às reformas. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 143-165, 2015.

GOMES, Olegário Gurgel Ferreira; SANTIAGO, Nestor E. A. Garantismo, ativismo e o estupro de vulnerável: reflexões hipotéticas a partir do “fazer ativista” dos Juizados da Infância e da Juventude. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 27, n. 10, p. 162-177, set./dez. 2020

IPPOLITO, Dario. O garantismo de Luigi Ferrajoli. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, São Leopoldo, 3 (1), p. 34-41, jan./jun. 2011.

LANGER, Maximo. La larga sombra de las categorías acusatorio-inquisitivo. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, 2015.

MONTE, Mário João Ferreira. Da realização integral do direito penal. In: DIAS, José Figueiredo et. al. **Ars Iudicandi - Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves**. Coimbra: Coimbra Editora, Studia Iuridica 92, Ad Honorem 3, p. 737-771, 2008

MORAES, Alexandre R. A. de; COSTA, Rafael de O. O processo coletivo: primeiras impressões para a construção de uma nova dogmática processual. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 5, n. 3, p. 1609-1648, set.-dez. 2019. -

PICÓ I JUNOY, Joan. El Derecho Procesal entre el Garantismo y la Eficacia: Un Debate Mal Planteado. **Derecho & Sociedad**, Lima, (38), 274-280, 2012.

PINHO, Ana Cláudia Bastos de et. al. O garantismo (penal) de Luigi Ferrajoli: apontamentos (des)necessários a certas críticas *Made in Brazil*. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, Belo Horizonte, ano 17, n. 26, p. 155-186, jul.-dez. 2019.

PUCHETA, Sofía Díaz. El sistema acusatorio en los procesos penales de América del Sur. **Argumentos**, Córdoba, n. 4, julio 2017.

RAMOS, Beatriz Vargas; CHAVES, Álvaro Guilherme de Oliveira. O garantismo penal integral e suas contradições com o garantismo de Luigi Ferrajoli. **Direito UnB**, Brasília, v. 4, n. 1, abr. 2020.

SAMPAIO, André Rocha; RIBEIRO, Marcelo H. M.. A influência dos elementos de informação do inquérito policial na fundamentação da sentença penal condenatória: uma análise das sentenças prolatadas nas Varas Criminais de Maceió-AL. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 6, n. 1, p. 175-210, jan.-abr. 2020

SANTIAGO, N. E. A.; DIAS, E. A. S. Testemunho policial e o HC 598.051-SP: ativismo ou garantismo? **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, n. 81, abr./jun. 2021, p. 75-88.

SANTOS, Teodoro Silva; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Garantismo, sistema acusatório e produção probatória ex officio pelo magistrado. **Revista Jurídica Unicritiba**, Curitiba, v. 2, n. 59, abril-junho 2020.

SANTORO, A. E. R., TAVARES, N. L. F., & GOMES, J. de C.. O protagonismo dos sistemas de tecnologia da informação na interceptação telefônica: a importância da cadeia de custódia. **Revista Brasileira De Direito Processual Penal**, Porto Alegre, 3(2), 605-632, 2017.

SARKIS, Jamilla Monteiro. Não autoincriminação: uma (re)leitura constitucional na era da *cybersurveillance*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2024.

SARKIS, J. M.. Direito da pessoa imputada ao anonimato digital. **Revista Brasileira De Direito Processual Penal**, Porto Alegre, 10(3), 2024

SCHÜNEMANN, Bernd. Sistema acusatório: aspectos problemáticos. **Revista Iusta**, Bogotá v. 2, n. 17, jul. 2016

STRECK, Lenio Luiz. Dogmática jurídica, senso comum e reforma processual penal: o problema das mixagens teóricas. **Pensar**, Fortaleza, v. 16, n. 2, jul.-dez. 2011.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Processo Penal, Segurança e Liberdade: uma provocação. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal, Porto Alegre**, vol. 1, n. 1, p. 105-120, 2015.